

Rio-Santos é discutida em audiência pública no DF

Representantes da Costa Verde apontaram precariedade do trecho

Por Ana Luiza Rossi

Para dar sequência aos debates que envolvem a insegurança e falta de manutenção na Rodovia Rio-Santos (BR-101), controlada pela concessionária Motiva (antiga CCR), vereadores e lideranças da Costa Verde participaram de uma audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, nesta terça-feira (16). O debate foi promovido por meio do deputado federal Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), que preside a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Vereadores de Angra dos Reis e Paraty citaram problemas como iluminação precária, falta de manutenção dos abrigos de passageiros, além de multas indevidas no sistema de pedágio automático. Outro ponto citado, aliás, como um dos mais importantes foi com relação a falta de poda da vegetação às margens do trecho. Somente neste ano de 2025, três pessoas da mesma família morreram após a queda de uma árvore na rodovia.

Outra crítica é sobre a demora na execução das melhorias previstas. “Até quando a concessionária vai prestar o serviço adequado, instalar os pontos de ônibus corretos e garantir iluminação pública? Eles disseram que têm prazo até 2033. Quantas vidas serão perdidas em nosso município até lá?”, questionou o vereador de Paraty, Laion Campos.

Em resposta, o representante da Motiva, Otávio Melo, afirmou que a empresa pretende retirar 2.800 árvores até o primeiro trimestre de 2027.

Bloqueios temporários

Durante a audiência, o deputado Áureo também levantou sobre a adoção de bloqueios temporários lidar com deslizamentos de encostas, em vez de obras definitivas de contenção.

As interdições, segundo o gerente de operações da concessionária, Rodolfo Borrel, fazem parte de um protocolo de segurança acordado com as defesas civis da região. Segundo ele, duas consultorias monitoram o clima em 27 segmentos da via, e o tráfego é interrompido preventivamente sempre que o acumulado de chuva se aproxima de 100 milímetros em 24 horas.

Ainda, foi informado que investimentos iniciais de 350 milhões de reais foram feitos de forma emergencial, fora do contrato original, para estabilizar encostas após os temporais



Arquivo/Abepam

Um dos pontos citados foi a falta de poda às margens da rodovia, que provocaram acidentes

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Debate foi promovido pelo deputado federal Áureo Ribeiro

históricos de 2022. O contrato prevê investimentos de R\$ 25,8 bilhões, incluindo a ampliação da rodovia para quatro faixas em cada sentido.

Entrave com Ibama

Otávio Melo afirmou, porém, que as obras dependem de autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

- Hoje estamos impedidos de iniciar novas frentes de obras, tanto na Via Dutra quanto na Rio-Santos, porque dependemos do licenciamento do Ibama. O processo demorou e agora estamos na fase de audiência pública para obter a licença e iniciar as obras - afirmou.

Fiscalização

Representando a Agência Na-

cional de Transportes Terrestres (ANTT), o Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, Fernando Bezerra, ressaltou que a ANTT acompanha continuamente o cumprimento das obrigações contratuais por meio de equipes técnicas próprias e de verificadores independentes.

Durante a audiência, a Agência esclareceu que o cumprimento dos cronogramas de investimentos é monitorado continuamente e que os contratos preveem mecanismos para proteger os usuários em caso de atrasos injustificados.

Segundo Bezerra, quando a concessionária não executa uma obra por responsabilidade própria, além das penalidades contratuais, a ANTT pode aplicar descontos tarifários proporcionais ao investimento não realizado - o que acarreta um impacto

direto na tarifa aos usuários.

A ANTT também informou que já iniciou os trabalhos preparatórios para a primeira revisão quinzenal do contrato da CCR RioSP, mecanismo previsto para adequar a concessão às necessidades identificadas ao longo do tempo.

Como etapa inicial, foram realizadas reuniões participativas em municípios localizados ao longo da rodovia para ouvir usuários, representantes da sociedade civil, empresários e gestores públicos.

- A revisão quinzenal é a oportunidade de rediscutir o contrato. Podemos avaliar a antecipação de obras, a inclusão de novos investimentos, intervenções de segurança viária, melhorias de fluidez e ações de resiliência climática. É um momento importante de participação social - ressaltou Bezerra.

Em vigor desde 2022 e com prazo de 30 anos, o contrato da CCR RioSP atravessa uma fase de recuperação e modernização da infraestrutura. Nesse período, estão previstos investimentos voltados à ampliação da capacidade da rodovia, ao aumento da segurança viária e ao fortalecimento da resiliência da BR-101 frente a eventos climáticos cada vez mais frequentes.

*Com informações da Agência Câmara de Notícias e ANTT

Duplicação da BR-101 será pautada pelo Ibama

Por Redação

Aliás, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizará audiências públicas para apresentar e discutir o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) das obras de duplicação da Rodovia Rio Santos (BR-101). Os eventos serão realizados nos municípios fluminenses de Mangaratiba, em 30 de junho, e de Angra dos Reis, em 1º de julho.

Os encontros, segundo o Instituto, têm como objetivo garantir a participação da população no processo de licenciamento ambiental federal e permitir que moradores, entidades e demais interessados conheçam os detalhes do empreendimento, esclareçam dúvidas e apresentem sugestões, críticas e manifestações sobre o projeto.

De acordo com o Ibama, o plano apresentado pela Concessionária do Sistema Rodoviário Rio-São Paulo S.A. prevê intervenções entre os quilômetros 416 e 496,1 da BR-101, totalizando cerca de 80,1 quilômetros de extensão. A proposta integra um conjunto de melhorias voltadas à ampliação da capacidade da rodovia e à melhoria da segurança viária.

Locais

As audiências ocorrerão às 19h. Em Mangaratiba, o evento será realizado no Centro de Convenções Condado, localizado na Aldeia dos Reis, às margens da Rodovia Rio-Santos, no bairro Sahy. Já em Angra dos Reis, a reunião acontecerá no Instituto de Educação Médica da Faculdade Estácio, no bairro Jacuecanga.

Além da participação presencial, o público poderá acompanhar e participar das discussões de forma remota, por meio de transmissão ao vivo pelo canal oficial do Ibama no YouTube.

Segundo o órgão ambiental, as audiências públicas são instrumentos previstos nas Resoluções nº 01/1986 e nº 09/1987 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Durante os encontros, serão apresentados os impactos ambientais identificados pelos estudos técnicos, bem como as medidas de prevenção, mitigação e compensação previstas para o empreendimento. As contribuições recebidas servirão de subsídio para a análise.